

## PLANO DE ENSINO

<b>DISCIPLINA</b>	ESTÁGIO III – TURMA B								
<b>DOCENTE</b>	FLAVIA BAHIA MARTINS								
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIREST003	<b>SEMESTRE</b>	2025.1	<b>PERÍODO</b>	9º	<b>NATUREZA</b>	OBRIGATÓRIA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	45h

<b>EMENTA</b>	Remédios Constitucionais: Habeas Data, Mandado de Injunção, Habeas Corpus, Ação Popular, Mandado de Segurança. Reclamação Constitucional. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Recurso Extraordinário. Recurso Ordinário. Apelação. Ação Civil Pública.									
<b>OBJETIVOS</b>	Desenvolver habilidades de prática jurídica em advocacia constitucional.									
<b>METODOLOGIA</b>	Método socrático com disponibilização de slides.									
<b>HABILIDADES</b>		Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.								
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.								
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.								
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.								
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.								
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.								
	Exigência MEC	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
	CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
		X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
			Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
			Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
			Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
			Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
		Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	X	Aprender aspectos técnico-jurídicos da prática jurídico-constitucional. Desenvolver habilidades de elaboração de peças jurídicas. Abordar aspectos de estratégia processual em advocacia constitucional. Simular atividades relativas à prova prático-profissional do Exame de Ordem (OAB).								
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>										
<b>AULA</b>	<b>TEMA</b>									
14/fev	Direito Constitucional									
21/fev	Direito Constitucional									
28/fev	Direito Constitucional									
14/mar	Direito Constitucional									
21/mar	Direito Constitucional									
28/mar	Direito Constitucional									
4/abr	Direito Constitucional									
11/abr	Simulado OAB									
25/abr	Direito Constitucional									
9/mai	Direito Constitucional									
16/mai	Direito Constitucional									
23/mai	Direito Constitucional									
30/mai	Direito Constitucional									
6/jun	Direito Constitucional									
13/jun	Simulado OAB									
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	Entrega das peças processuais e do desempenho nos Simulados da OAB, obedecendo à seguinte fórmula: 6,0 pontos (1,5 ponto por peça processual) + 4,0 pontos (2,0 pontos por Simulado) = 10,0 pontos (somatório é a nota final do aluno). Mínimo de acertos para obter os 2 pontos do Simulado OAB: 35 acertos.									

<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	DIDIER JR, Fredie. Ações Constitucionais. 6ª ed. Salvador: Juspodivm, 2012. MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de Segurança e Ações Constitucionais. 39ªed. São Paulo: Malheiros, 2022. NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Ações Constitucionais. 7ª ed. Salvador: Juspodivm, 2023. FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 6ª ed. Salvador: Juspodivm, 2024. MASSON, Nathalia. Manual de Direito Constitucional. 12ª ed. Salvador: Juspodivm, 2024. CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Curso de Direito Constitucional. 18ª ed. Salvador: Juspodivm, 2024. MARTINS, Flávio. Curso de Direito Constitucional. 8ª ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. BUENO, Cassio Scarpinella. A Nova Lei do Mandado de Segurança. 2ª ed São Paulo: SaraivaJur, 2017.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	SILVA NETO, Manoel Jorge; SILVA, Maiana Guimarães e. Curso de Direito Constitucional. 11ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2024.